

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhores Acionistas,



A Administração da Dtcom Direct to Company S/A tem a satisfação de submeter à vossa apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Dtcom Direct to Company S/A (“Dtcom” ou “Companhia”), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3.

A Companhia tem por objeto social: a) prestar e executar serviços de telecomunicações e de radiodifusão de qualquer natureza, em todo o território nacional, mediante autorização, concessão e/ou permissão do Governo Federal, englobando os serviços de comunicação através de quaisquer plataformas tecnológicas de transmissão existentes e/ou que venham a ser criadas e desenvolvidas; b) prestar serviços de transporte de imagens, voz, áudio, vídeo, dados e Internet em alta velocidade; c) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, o treinamento, a atualização e a reciclagem profissional de mão de obra; d) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, a educação continuada a longa distância em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis de instrução; e) distribuir e comercializar sinais de canais de televisão por assinatura, próprios ou de terceiros; f) prestar serviços de educação continuada ou permanente à distância; g) prestar serviços de cursos de extensão e treinamento gerencial e profissional; h) promover e organizar seminários, congressos, simpósios e afins; i) criar, produzir, fornecer e comercializar programas, produtos e programação audiovisuais, bem como todo tipo de material de apoio na modalidade a distância; j) veicular propaganda e publicidade em todas as suas formas e modalidades, nos canais Dtcom; k) prestar serviços de assessoria e consultoria relativos aos objetos definidos neste Estatuto, inclusive e-learning e ensino a distância; l) desenvolver sistemas de automação industrial e de escritórios; m) prestar serviços de processamento de dados; n) comercializar equipamentos e softwares; o) participar no capital de outras Sociedades; p) prestar serviços de implantação e operação de sistemas de vídeo conferência, integradas à plataforma de satélite.

2. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 13 de abril de 2016, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da Kol Soluções em Gestão do Conhecimento Ltda. – EPP (“KOL”) pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, a operação consiste na incorporação da KOL pela DTCOM, extinguindo-se a primeira, que será sucedida, a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações pela segunda, mediante aprovação das suas respectivas assembleias gerais, tendo como propósito a conjugação estratégica das sociedades empresárias envolvidas.

Diante de tal aprovação em 29.03.2016 a Companhia divulgou ao mercado Fato Relevante sobre a aprovação da transação societária entre as Companhias, sendo que após tal evento dar-se-ia os procedimentos burocráticos para efetivação da transação, com os devidos reflexos nas demonstrações financeiras da Dtcom.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	2015			2016			31/07/2017		
	KOL	DTCOM	COMBINADO (*)	KOL	DTCOM	COMBINADO (*)	KOL	DTCOM	INCORPORADO (**)
CIRCULANTE									
Caixa e equivalente de caixa	48	101	149	72	97	169	40	5	45
Aplicações Financeiras	167		167	53	250	303	-	2	2
Contas a receber de clientes (nota 4)	452	4.320	4.772	445	7.501	7.946	387	5.688	6.075
Impostos a recuperar (nota 5)	6	746	752	2	657	659	15	1.111	1.126
Adiantamentos a fornecedores	1	70	71	302	254	556	557	348	905
Outras contas a receber	7	469	476	28	3.630	3.658	23	7.828	7.851
Despesas do exercício seguinte	1	83	84	1	79	80	1	23	24
Empréstimos aos Sócios e Acionistas	372	-	372	1.039		1.039	1.493		1.493
Total do ativo circulante	1.054	5.789	6.843	1.942	12.468	14.410	2.516	15.005	17.521
NÃO CIRCULANTE									
Realizável e Longo Prazo									
IRPJ e CSSL diferidos (nota 11)	-	31	31	-	26	26	-	24	24
Investimentos	47	-	47	49	-	49	50	-	50
Imobilizado (nota 6)	198	7.857	8.055	288	7.095	7.383	249	6.775	7.024
Intangível (nota 7)	708	5.317	6.025	727	5.015	5.742	728	4.866	5.594
Total do ativo não circulante	953	13.205	14.158	1.064	12.136	13.200	1.027	11.665	12.692
TOTAL DO ATIVO	2.007	18.994	21.001	3.006	24.604	27.610	3.543	26.670	30.213

(*) Balanços combinados na data, simulando a operação de incorporação;

(**) Balanço DTCOM considerando incorporação da KOL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NÃO CIRCULANTE	2015			2016	Comunicação 4.780 caça	COMBINADO (*)	31/07/2017		
	KOL	DTCOM	COMBINADO (*)	KOL	DTCOM	COMBINADO (*)	KOL	DTCOM	INCORPORADO (**)
Empréstimos e financiamentos (nota 8)	36	3.402	3.438	413	4.780	5.193	413	5.780	6.193
Impostos e contribuições a recolher (nota 5)	-	1.842	1.842	184	3.226	3.410	72	3.255	3.327
Provisão para contingências	-	464	464	-	518	518	-	61	61
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.172	1.172	-	1.172	1.172	-	1.172	1.172
Obrigação com Acionistas	-	-	-	-	916	916	-	708	708
IRPJ e CSSL diferidos (nota 11)	-	894	894	-	726	726	-	628	628
Outras Obrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita a realizar	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Total do passivo não circulante	37	7.774	7.811	598	11.338	11.936	486	11.604	12.090
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social realizado (nota 12a)	50	54.110	54.160	50	54.110	54.160	50	54.110	54.160
Reserva de capital	-	150	150	-	150	150	-	150	150
Reserva de reavaliação (nota 12b)	-	235	235	-	226	226	-	221	221
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	1.179	1.179	-	860	860	-	675	675
Prejuízos acumulados	-	(53.159)	(53.159)	(1.913)	(52.785)	(54.698)	(6.192)	(52.707)	(58.899)
Reserva de Lucro	931	-	931	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	981	2.515	3.496	(1.863)	2.561	698	(6.142)	2.449	(3.693)
TOTAL DO PASSIVO	2.007	18.994	21.001	3.006	24.604	27.610	3.543	26.670	30.213

(*) Balanços combinados na data, simulando a operação de incorporação;

(**) Balanço DTCOM considerando incorporação da KOL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



No cenário consolidado percebe-se que o desempenho do negócio se manteve de forma estável, apenas com as variações naturais do cenário econômico.

Diante da situação exposta a Dtcom, procedeu ao aumento do Capital Social conforme *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a vigor nos seguintes termos:

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 55.090.142,56 (cinquenta e cinco milhões e noventa mil e cento e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), divididos em 73.387.560 (setenta e três milhões e trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos e sessenta) ações ordinárias e 4.506.559 (quatro milhões e quinhentas e seis mil e quinhentas e cinquenta e nove) ações preferências, todas sem valor nominal.

Variações patrimoniais. A “Incorporadora” absorverá as variações patrimoniais da Incorporada que ocorrerem entre a “Data-Base” e a data da efetiva realização da operação de incorporação, passando-se para seus livros contábeis e efetuando-se as necessárias alterações, independentemente do fato de que “Incorporada” continuar, provisoriamente, a conduzir operações em seu nome até a conclusão da formalização de todos os registros e obtenção de todas as autorizações requeridas pela legislação aplicável.

Respeitando as deliberações aprovadas pela AGE em 13/04/2016 e as variações patrimoniais subsequentes apresentadas pela empresa incorporada, a Dtcom reconhece e incorpora ao seu balanço patrimonial os saldos contábeis da empresa incorporada na data-base de 31/07/2017, conforme apresentado no quadro abaixo, o balancete da Kol:

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalente de caixa	40	Empréstimos e financiamentos (nota 8)	634
Aplicações Financeiras	-	Fornecedores (nota 9)	38
Contas a receber de clientes (nota 4)	387	Impostos e contribuições a recolher (nota 5)	1.342
Impostos a recuperar (nota 5)	15	Obrigações sociais e trabalhistas	704
Adiantamentos a fornecedores	557	Outras contas a pagar	5.996
Outras contas a receber	23	Provisão de Encargo com pessoal	485
Despesas do exercício seguinte	1		
Empréstimos aos Sócios e Acionistas	1.493	Total do passivo circulante	9.199
Total do ativo circulante	2.516		
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Realizável e Longo Prazo		Empréstimos e financiamentos (nota 8)	413
IRPJ e CSSL diferidos (nota 11)	-	Impostos e contribuições a recolher (nota 5)	72
Investimentos	50	Provisão para contingências	-
Imobilizado (nota 6)	249	Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 10)	-
Intangível (nota 7)	728	Obrigações com Acionistas	-
Total do ativo não circulante	1.027	IRPJ e CSSL diferidos (nota 11)	-
		Outras Obrigações	-
		Receita a realizar	1
		Total do passivo não circulante	486
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social realizado (nota 12a)	50
		Reserva de capital	-
		Reserva de reavaliação (nota 12b)	-
		Ajustes de Avaliação Patrimonial	-
		Prejuízos acumulados	(6.192)
		Reserva de Lucro	-
		Total do patrimônio líquido	(6.142)
TOTAL DO ATIVO	3.543	TOTAL DO PASSIVO	3.543

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

A operação se justifica, sobretudo, por conta de sua implementação permitir: (a) a racionalização de custos, captura de sinergias relevantes e simplificação dos procedimentos societários, administrativos e contábeis; e (b) um melhor aproveitamento dos recursos das “Partes” pela junção de seus esforços e de seus patrimônios, unificação de suas administrações e alinhamento dos interesses de seus acionistas, trazendo relevantes benefícios de ordem administrativa e econômica que proporcionarão o incremento de sua competitividade e eficiência.

Adicionalmente, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia. Por conta da operação e conforme alteração estatutária prevista abaixo, o capital social da “Incorporadora”, após a operação, será aumentado em R\$ 980.639,05 (novecentos e oitenta mil e seiscentos e trinta e nove reais com cinco centavos).

Este é um dos principais movimentos no país entre players deste segmento que formam uma Companhia com um modelo de negócios único, com atuações complementares de comunicação e educação a distância, nos mercados corporativo e acadêmico. A Dtcom, que já possuía know-how em soluções de transmissão de TV, internet, integração de tecnologias e produção de material para educação corporativa, passa a contar com uma “fábrica de conteúdo” estruturada, com metodologia própria, capaz de produzir mais de 20 mil horas de conteúdo de alta qualidade por ano na web.

A união das duas marcas e a sinergia das equipes visa a fortalecer o setor internacionalmente e criar uma empresa multifuncional, com o know how da FabriCO se integrando ao leque de serviços da Dtcom para o mercado de educação no âmbito corporativo e nas instituições de ensino.

Pioneira na expansão do setor, a Dtcom visa a um grande movimento do mercado, com foco em ofertar serviços para treinamento de colaboradores, ampliação de serviços de comunicação como TVs corporativas e produção de material customizado para instituições de ensino. Com a fusão, a nova Companhia consolida um track record de centenas de projetos de destaque, processos estabilizados e grande produtividade que resultam em custos competitivos e alta qualidade.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações contábeis individuais não sofreram alterações em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



a) Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

4. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 11 de maio de 2018.

5. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2016.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC. nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Ativos circulante e não circulante

• Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

• Imobilizado

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado.

A partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.

• Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 9 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Bens e direitos intangíveis antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado foram segregados dos tangíveis, ficando classificado em imobilizado, diferido e intangível.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Provisão para perdas na realização de créditos

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

h. Instrumentos financeiros

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



i. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

Mudanças em políticas contábeis

- a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar determinados tipos de entidades e devem resultar em alterações significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. As referidas normas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis, visto que não deverão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação.

Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultado Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

Os efeitos do IFRS 9 Financial Instruments, foram avaliados pela administração da Companhia, os mesmos não irão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados. Os efeitos do IFRS 15 Revenues from contracts with customers, foram avaliados pela administração da Companhia, os mesmos não irão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

IFRS 16 Leases:

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo. Os efeitos do IFRS 16 Leases, foram avaliados pela administração da Companhia, os mesmos não irão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os direitos reconhecidos no Circulante, Contas a Receber, decorrem na operação ordinária da Companhia, de acordo com seu fluxo financeiro de recebimentos.

Em média, a Companhia pratica prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2017 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 6.023 (R\$ 7.501 em 31 de dezembro de 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Cientes	31.12.2017	31.12.2016
Públicos	4.493	5.377
Privados	2.017	2.447
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(487)	(323)
	6.023	7.501

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas. Como critério para constituição da PCLD, a Companhia provisiona 100% dos valores vencidos há mais de 180 dias.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2017	31.12.2016
A Vencer	4.063	5.089
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	516	890
31 a 60 dias	14	395
61 a 90 dias	12	131
90 a 180 dias	233	15
Mais de 180 dias	1.672	1.304
	6.510	7.824

Do montante total, constituído ainda no exercício de 2014, R\$ 875 foram objeto de discussão judicial. Montante este revertido do resultado em 2015, conforme negativa de recursos referente à condenação mencionada abaixo.

Para este montante em discussão judicial, a Companhia havia ingressado em 31/10/2011, com uma ação de cobrança de saldo contratual decorrente de serviços prestados durante a vigência do contrato nº 33/05 celebrado através da Secretaria de Estado da Educação com a interveniência da Fundação Aperipê de Sergipe – FUNDAP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 14/04/2014, foi proferida a sentença condenando o Estado de Sergipe a pagar à Dtcom a quantia de R\$ 1.536.548,30 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e trinta centavos), devidamente atualizada, ou seja, com os acréscimos de juros legais moratórios desde 23.01.2012 da referida citação. Em 14.09.2015 os recursos foram julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, negando provimento ao recurso de apelação do Estado de Sergipe e dando provimento ao recurso adesivo da Dtcom para fins de majoração dos honorários advocatícios, ambos unânimes.

A Companhia, diante da negativa de recurso, atualizou e reconheceu em seu Contas a Receber e no Resultado o montante de R\$ 2.250, o qual se refere a Correção monetária pelo índice Poupança desde os vencimentos dos títulos e Juros mensais de 1% a partir do valor de citação em 23.01.2012, conforme determinado na sentença judicial, transitada em julgado.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – ATIVO E PASSIVO

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo - a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	921	265
INSS a compensar	1	1
Outros	577	391
	1.499	657
Passivo - a recolher:		
Impostos federais, estaduais e municipais	6.194	7.337
(-) Parcela classificada no circulante (incluindo parcelamentos)	(5.998)	(4.111)
Parcela classificada no não circulante (incluindo parcelamentos)	196	3.226

A Companhia possui uma criteriosa análise tributária, com foco no aproveitamento de possíveis créditos fiscais. Em razão do resultado econômico apurado no último exercício, a Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios de 2015, 2014, 2013, 2012, 2011 e de 2010. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais incorridos no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

Como estratégia de reduzir o impacto dos custos de curto prazo no fluxo financeiro, a Companhia busca identificar oportunidades de parcelamento de impostos e contribuições, que sejam mais vantajosas em termo de prazo, custos e amortização. Elencamos abaixo algumas medidas adotadas para adequar os compromissos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Com o advento da Lei nº 11.941/09, que instituiu novo parcelamento federal intitulado REFIS IV e tendo em vista as condições favoráveis deste, a Companhia optou por reparcelar os seus débitos federais, que se encontravam já parcelados em programas anteriores. A adesão deu-se através de programa disponibilizado, no sítio da Receita Federal do Brasil cujo parcelamento foi estabelecido em 180 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros e 100% dos encargos legais, nos termos que lhe garante o artigo 1º, da Lei nº 11.941/09, e artigos 15 e 17, da Portaria Conjunta da PGFN/RFB nº 06/09.

Na data de 28.07.2011, a Companhia concluiu a Consolidação do Parcelamento de Saldo Remanescente do Programa Refis da Lei nº 11.941/2009, efetuando o parcelamento em 19 e 40 parcelas.

Em maio de 2010 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, efetuando parcelamento em 60 meses, conforme previsto na Lei Estadual nº 5.647/2010.

Em 2014 a Companhia identificou importante oportunidade de liquidação de grande parte do saldo devedor dos seus compromissos tributários federais. Tal oportunidade decorreu da Medida Provisória n. 651/2014, art. 33:

“Art. 33. O contribuinte com parcelamento que contenha débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN poderá, mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2014, para a quitação antecipada dos débitos parcelados”.

Através de um minucioso planejamento tributário, a Companhia identificou oportunidade de aderir a tal programa, tendo impacto significativo em suas demonstrações e na própria redução do passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Impostos e Contribuições a recolher	31.12.2014
Saldo Operacional	6.437
Medida Provisória n. 651/14	2.407
. Pagamento 30% em espécie	722
. Compensação Prej Fiscais	1.685
Saldo Final	4.030
% Redução Passivo	-37%

DEMONSTRATIVO DE PREJUÍZO FISCAL E/OU BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL

Cedente	Origem	Valor do montante solicitado	Percentual	Valor do crédito correspondente
Crédito Próprio	Prejuízo Fiscal	R\$ 4.955	25%	R\$ 1.239
	Base de Cálculo Negativa da CSLL	R\$ 4.955	9%	R\$ 446
TOTAL		R\$ 4.955		R\$ 1.685

No dia 02/08/2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, optando pela modalidade de pagamento à vista e em espécie de 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal, nos termos do artigo 2º, inciso I da Medida Provisória nº 783/2017. Entretanto, posteriormente, foi publicada em 25/10/2017 a Lei nº 13.496, a qual, além de representar a conversão da Medida Provisória nº 783/2017 em lei, realizou diversas modificações e inclusões no texto da citada Medida Provisória.

Dentre as inclusões, está a possibilidade de se optar pela modalidade de pagamento em espécie de 24% (vinte e quatro por cento) do valor da dívida consolidada em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal, nos termos do artigo 2º, inciso IV da referida lei.

Por outro lado, cita-se o teor do artigo 16-A da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1711, de 16 de junho de 2017:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Art. 16-A Os optantes pelo Pert na vigência da Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, terão as opções migradas automaticamente e farão jus às mesmas condições previstas na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, sendo desnecessário efetuar nova opção. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1752, de 25 de outubro de 2017) Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, no momento da prestação das informações para consolidação de que trata o § 3º do art. 4º o sujeito passivo poderá alterar a modalidade em que pretende parcelar a dívida. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1752, de 25 de outubro de 2017)

Desta forma, esta Requerente alterou a modalidade de pagamento para a prevista no artigo 2º, inciso IV da lei nº 13.496/2017, isto é, para a modalidade de pagamento em espécie de 24% (vinte e quatro por cento) do valor da dívida consolidada em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal.

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2017	31.12.2016
Terrenos		154	175	601	930	930
Edificações	2% e 10%	892	189	186	1.267	1.167
Móveis e utensílios	10%	740	160	168	1.068	909
Equipamentos de som e imagem	10%	3.473	3.756	1.471	8.700	8.677
Equipamentos de recepção e transmissão	10%	7.563	2.489	1.859	11.911	11.656
Equipamentos de informática	10%	1.389	1.096	127	2.612	2.387
Outros itens		292	29	23	344	310
					26.832	26.036
(-) Depreciação acumulada					(20.277)	(18.941)
					6.555	7.095

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações Contábeis como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Movimentação do Imobilizado



	31.12.2016			31.12.2017
Custo	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	154	-	-	154
Edificações	792	100	-	892
Móveis e utensílios	581	159	-	740
Equipamentos de som e imagem	3.450	23	-	3.473
Equipamentos de recepção e transmissão	7.308	255	-	7.563
Equipamentos de informática	1.164	225	-	1.389
Outros itens	258	34	-	292
	13.707	796	-	14.503

	31.12.2016			31.12.2017
Depreciação		Adições	Baixas	
Edificações	(397)	(15)	-	(412)
Móveis e utensílios	(478)	(57)	-	(535)
Equipamentos de som e imagem	(3.007)	(78)	-	(3.085)
Equipamentos de recepção e transmissão	(3.945)	(600)	-	(4.545)
Equipamentos de informática	(997)	(161)	-	(1.158)
Outros itens	(248)	(50)	-	(298)
	(9.072)	(961)	-	(10.033)

b. Movimentação da Reavaliação

	31.12.2016			31.12.2017
Custo Reavaliação	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	175	-	-	175
Edificações	189	-	-	189
Móveis e utensílios	160	-	-	160
Equipamentos de som e imagem	3.756	-	-	3.756
Equipamentos de recepção e transmissão	2.489	-	-	2.489
Equipamentos de informática	1.096	-	-	1.096
Outros itens	29	-	-	29
	7.894	-	-	7.894

	31.12.2016			31.12.2017
Depreciação Reavaliação		Adições	Baixas	
Edificações	(108)	(1)	-	(109)
Móveis e utensílios	(160)	-	-	(160)
Equipamentos de som e imagem	(3.758)	-	-	(3.758)
Equipamentos de recepção e transmissão	(2.489)	(1)	-	(2.490)
Equipamentos de informática	(1.103)	-	-	(1.103)
Outros itens	(28)	-	-	(28)
	(7.646)	(2)	-	(7.648)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

	31.12.2016			31.12.2017
Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	601	-	-	601
Edificações	186	-	-	186
Móveis e utensílios	168	-	-	168
Equipamentos de som e imagem	1.471	-	-	1.471
Equipamentos de recepção e transmissão	1.859	-	-	1.859
Equipamentos de informática	127	-	-	127
Outros itens	23	-	-	23
	4.435	-	-	4.435
Depreciação Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2016	Adições	Baixas	31.12.2017
Edificações	(36)	(6)	-	(42)
Móveis e utensílios	(101)	(17)	-	(118)
Equipamentos de som e imagem	(882)	(147)	-	(1.029)
Equipamentos de recepção e transmissão	(1.116)	(187)	-	(1.303)
Equipamentos de informática	(75)	(14)	-	(89)
Outros itens	(13)	(2)	-	(15)
	(2.223)	(373)	-	(2.596)
Total Imobilizado	7.095	(540)	-	6.555

d. Imobilizado totalmente depreciado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2017	31.12.2016
Edificações	55	51
Móveis e utensílios	510	417
Equipamentos de som e imagem	6.452	6.450
Equipamentos de recepção e transmissão	4.046	3.979
Equipamentos de informática	2.004	1.995
Outros itens	108	269

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado, suportada por laudo de empresa especializada legalmente habilitada, conforme 13ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2003. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2007 a Companhia reavaliou seus ativos imobilizado e intangível. A reavaliação está suportada por trabalho realizado por perito legalmente habilitado, e consequente laudo de avaliação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, incluindo a provisão dos efeitos fiscais equivalentes, bem como aprovado na 16ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007.

Ato contínuo, em observação ao item 44 da Deliberação CVM 183/95, a Companhia visou resguardar o valor recuperável dos seus ativos, alinhando-se, inclusive ao que dispõe a Lei nº 11.638/07, com relação ao *impairment*, e ao Pronunciamento Técnico CPC 01, a Administração solicitou revisão dos procedimentos de avaliação, obtendo uma redução em relação aos montantes apresentados anteriormente. Essa foi aprovada na 44ª Reunião do Conselho de Administração, de 29 de abril de 2008, para ser posteriormente retificada em nova AGE.

A Companhia tomou a decisão de manter os saldos da reavaliação efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, até a sua efetiva realização, alinhando-se ao que dispõe a Lei 11.638/07 e Instrução CVM nº 469/08.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos imobilizados (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

Em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas a partir de 1º.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22.12.2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



9. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2017	31.12.2016
Software	10%	1.182	270	285	1.737	1.446
Programa ensino site	20%	250			250	250
Acervo Técnico	10%	4.204	111	836	5.151	5.151
Gastos com desenvolvimento de projetos	10%	624			624	624
Gastos administrativos e divulgação	5%	1.273			1.273	1.273
Outros itens		52			52	52
Intangível em andamento		3.391			3.391	1.927
					12.478	10.723
(-) Amortização acumulada					(6.375)	(5.708)
					6.103	5.015

a. Movimentação do Intangível

Custo	31.12.2016 Custo	Adições	Baixas	31.12.2017 Custo
Software	891	291	-	1.182
Programa ensino site	250	-	-	250
Acervo Técnico	4.204	-	-	4.204
Gastos com desenvolvimento de projetos	624	-	-	624
Gastos administrativos e divulgação	1.273	-	-	1.273
Outros itens	52	-	-	52
Intangível em andamento	1.927	1.464	-	3.391
	9.221	1.755	-	10.976

Amortização	31.12.2016	Adições	Baixas	31.12.2017
Software	(732)	(42)	-	(774)
Acervo Técnico	(2.297)	(321)	-	(2.618)
Gastos com desenvolvimento de projetos	(609)	(15)	-	(624)
Gastos administrativos e divulgação	(1.019)	(65)	-	(1.084)
Outros itens	(4)	(108)	-	(112)
	(4.661)	(551)	-	(5.212)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



b. Movimentação da Reavaliação

	31.12.2016			31.12.2017
Custo Reavaliação	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	270	-	-	270
Acervo Técnico	111	-	-	111
	381	-	-	381
Amortização da Reavaliação	31.12.2016	Adições	Baixas	31.12.2017
Software	(266)	(2)	-	(268)
Acervo Técnico	(111)	(1)	-	(112)
	(377)	(3)	-	(380)

c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

	31.12.2016			31.12.2017
Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	285			285
Acervo Técnico	836			836
	1.121	-	-	1.121
Amortização Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2016	Adições	Baixas	31.12.2017
Software	(169)	(29)		(198)
Acervo Técnico	(501)	(84)		(585)
	(670)	(113)	-	(783)
Total Intangível	5.015	1.088	-	6.103

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



d. Intangível totalmente amortizado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2017	31.12.2016
Software	1.026	844
Gastos administrativos e divulgação	4	4
Acervo Técnico	1.098	1.048
Gastos com Pesquisa e desenv.	624	-

Da mesma forma que a Companhia reavaliou seus ativos tangíveis, foi realizada a reavaliação de seus bens intangíveis que foram aprovados da mesma forma descrita na nota 8.

Os softwares referem-se a licenças adquiridas para utilização no parque tecnológico e setor administrativo.

Os gastos pré-operacionais administrativos e com divulgação, referem-se a gastos pré-operacionais de investimentos de imagem e remodelagem de produtos, incorridos até 30 de novembro de 2000.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram elaborados os estudos econômicos de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia, incluindo os intangíveis.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor

Recuperável de Ativos. Os ativos intangíveis (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS



Instituição	Taxa de juros anuais (%)	Vencimentos	31.12.2017		31.12.2016	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<u>Empréstimos</u>						
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44 a.a	05/05/2021	1.704	3.800	1.248	3.070
Banco Bradesco S.A. Nº 237/3645/0209	18,6 a.a	12/09/2019	1.137	787	936	1.638
Banco Bradesco S.A. - Capital e Giro	1,5% a.m	31/12/2017	5	-	195	-
Banco Bradesco S.A. - Limite	1,43 a.m	30/10/2018	265	-	150	-
BB Giro Flex	2,36 a.m	31/12/2017	184	-	-	-
Cartão BNDS - KOL	1,00 a.m	31/12/2017	-	3	-	-
BNDS 600 - KOL	1,00 a.m	31/12/2017	2	12	-	-
BRDE - SC - Financiamento 2.35566.01.0P-CAP + 0,54% a.m		01/01/2023	359	394	-	-
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>						
Banco Bradesco S.A.	1,43% a.m.	31/12/2017	-	-	70	-
Banco Bradesco S/A - Flex	12,08% a.m	31/12/2017	-	-	200	-
Banco ABC Brasil S.A.	6,63 a.m	31/12/2017	579	-	311	-
Credifisc	1,00 a.m	31/12/2017	40	-		-
<u>Outros Empréstimos e Financiamentos</u>						
Contrato BNDES	11,76 a.a	13/01/2019	66	6	66	72
Conta Corrente Incorporação			-	-	1.071	-
			4.341	5.002	4.247	4.780

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

- A Companhia submeteu à aprovação do Conselho de Administração proposta de captação de recursos financeiros para: a) alongar o prazo de amortização do contrato de crédito celebrado em 30/06/2015 junto ao Banco ABC Brasil S.A.; b) Utilizar o saldo remanescente para fortalecimento do fluxo de caixa, conforme projeção financeira apresentada em reunião, para que a Companhia possa minimizar o desgaste que tem enfrentado perante seus fornecedores e permitir que a Companhia possa aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pelo Governo Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



a) Cronograma de Pagamentos

Em 31 de Dezembro de 2017, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

Instituição	Vencimentos	Consolidado
<u>Empréstimos</u>		
Banco ABC Brasil S.A.	2018	1.573
	2019	1.573
	2020	1.573
	2021	786
		5.504
<u>Empréstimos</u>		
Banco Bradesco S.A.	2018	1.099
	2019	825
		1.924
<u>Empréstimos</u>		
Banco Bradesco Limite	2018	265
		265
<u>Empréstimos</u>		
BRDE SC	2018	148
	2019	148
	2020	148
	2021	148
	2022	148
	2023	12
		753
<u>Financiamentos</u>		
Contrato BNDES	2018	66
	2019	6
		72

O cronograma de pagamentos dos empréstimos bancários está perfeitamente ajustado ao fluxo financeiro da Companhia.

11. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A Companhia adota política de parceria com seus fornecedores, estabelecendo relacionamentos de longo prazo, o que permite melhorar a qualidade dos serviços / produtos, bem como obter ganho de escala. Para tal a Dtcom adota política de transparência, quanto à prestação de serviços e pagamentos de suas obrigações, ajustando o fluxo de forma que seja benéfico para toda cadeia produtiva.

Não é à toa que a Companhia conta com parcerias de mais de 10 anos, fruto de relacionamento estreito e respeitoso.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Conforme Fato Relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na data de 26.07.2011, os acionistas Ouro Verde Investimentos e Participações S/A, Palmital Serviços Técnicos e Participações Ltda., RIC Empreendimentos e Consultoria S/A, Augustus Administração S/A, F Mota Administração e Empreendimentos S/A e Sr. Mário José Gonzaga Petrelli celebraram com a Companhia, Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 1.171.667,00 (Um milhão, cento e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), sendo integralizado em 5 (cinco) parcelas. O futuro aumento de capital será oportunamente deliberado, em consonância com a legislação em vigor.

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) destina-se à redução do endividamento da Companhia à curto prazo. Obrigando-se o acionista, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever o AFAC, a ser realizado mediante subscrição pública ou privada de ações ordinárias de emissão da Companhia, e utilizar o AFAC na integralização das Ações.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Foram registrados créditos tributários sobre prejuízos fiscais até o limite de R\$ 23 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2016), que corresponde ao total de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a reserva de reavaliação, registrados no passivo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, observada a Deliberação CVM nº. 371, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, conforme preconizado na referida instrução. Este crédito tributário potencial, conservadoramente não reconhecido, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é assim resumido:

	31.12.2017		Total	31.12.2016		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		44.125			45.856	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	44.125			45.856		
Base de cálculo	44.125	44.125		45.856	45.856	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	11.031	3.971	15.003	11.464	4.127	15.591
(-) Crédito tributário registrado	(17)	(6)	(23)	(19)	(7)	(26)
Crédito tributário potencial não registrado	11.014	3.965	14.980	11.445	4.120	15.565

14. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 55.090 mil (R\$ 54.110 em 31 de dezembro de 2016), divididos em 7.338.756 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferencias, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia serão escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

O aumento de capital se deu através de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2016, que aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 980.639,05 (novecentos e oitenta mil e seiscentos e trinta e nove reais com cinco centavos).

b. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



c. Destinação dos lucros

Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará proceder o levantamento de um balanço geral patrimonial e gerará as demonstrações contábeis e financeiras para, de acordo com a legislação vigente, apurar e demonstrar, mediante procedimentos baseados nos critérios de avaliação e classificação dos elementos patrimoniais e de resultados, o resultado do exercício, o lucro ou o prejuízo acumulado e evidenciar o estado do patrimônio da Companhia, os quais serão submetidos ao Conselho de Administração e à deliberação da Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício.

O lucro do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20 % (vinte por cento) do Capital Social integralizado; b) pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, de no mínimo 50% (cinquenta por cento), calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do Art. 202 da Lei 6404 / 76; c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

15. RESULTADO POR AÇÃO

Lucro (Prejuízo) por ação

Em atendimento ao CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, seguem abaixo as informações sobre o lucro (prejuízo) por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	31.12.2017	31.12.2016
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	3.170	(117)
Quantidade de ações ao final do exercício	7.789	7.789.411
Lucro (Prejuízo) por ação no final do exercício	0,4070	(0,0000)
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro (prejuízo) líquido atribuível a detentores de ações ordinárias - Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	2.987	(110)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.339	7.338.756
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	406,9492	(0,0150)
Prejuízo líquido atribuível a detentores de ações preferenciais - lucro básico e diluído por ação	183	(7)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	450	450.655
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	407,5556	(0,0150)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



16. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2017	31.12.2016
<u>Receitas</u>		
. Transmissão de sinal via satélite	2.306	2.891
. Prestação de serviços	16.304	13.982
. Outras receitas	-	69
Total das Receitas Operacionais	18.610	16.942
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Cancelamentos s/ serviços		
. Icms	(272)	(331)
. Pis	(283)	(250)
. Cofins	(1.303)	(1.149)
. Iss	(342)	(297)
Total das deduções	(2.200)	(2.027)
Total das Receitas Operacionais, líquidas	16.410	14.915

No grupo receita de transmissão de sinal via satélite encontra-se todos os serviços relacionados à plataforma tecnológica de transmissão de conteúdo por satélite, serviços estes típicos das soluções **DtcomSat**, onde são desenvolvidos projetos de comunicação corporativa, utilizando-se de tal plataforma.

No grupo receita de prestação de serviços engloba serviços não enquadrados no grupo anterior, neste sentido, incorpora serviços relacionados tanto à solução **DtcomSat**, quanto à solução **DtcomWeb**. A classificação do grupo de receita baseia-se na natureza da prestação de serviços.

A avaliação da Companhia quanto ao desempenho apurado é bastante satisfatória, a Companhia considera este desempenho como positivo, face os desafios que o ano de 2017 impôs ao mercado.

Do ponto de vista dos seus componentes, percebe-se que há uma tendência de crescimento do grupo serviços (R\$ 16.304 em 2017 e R\$ 13.982 em 2016), fruto do esforço na Companhia em agregar valor à sua base de clientes. Tal resultado pode ser analisado também à luz dos esforços da Companhia na alavancagem da vertical de negócios DtcomWeb.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS



A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2017	31.12.2016
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	3.173	2.967
. Energia elétrica	13	127
. Locação de satélite	1.809	1.057
. Instalação e manutenção de rede privada	99	921
. Produção de conteúdo/gravação	1.684	340
. Serviços de terceiros com transmissão	863	1.133
. Serviços de terceiros	1.258	784
. Depreciações e amortizações	1.511	1.526
. Outros custos	26	27
	<u>10.436</u>	<u>8.882</u>
Total dos custos dos serviços prestados		

Ao longo de 2017, aprimoramos nossas ações de gestão de pessoas, viabilizando maior foco em nossos negócios através de uma estrutura centrada na gestão de marcas, de maneira a aprimorar nossas competências para sustentar nosso crescimento futuro.

Os principais itens que contribuírem para elevação de no custo dos serviços prestados foram os itens de produção de conteúdo (395%), locação de satélite (71%) os quais estão diretamente relacionados com o incremento de receita.

Os custos dos serviços prestados foram pressionados pela instabilidade econômica, principalmente quanto aos indicadores de inflação do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
Educação

18. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	31.12.2017	31.12.2016
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	663	844
. Honorários da administração	637	413
. Serviços de assessoria e consultoria	133	273
. Serviços de terceiros	716	566
. Despesas gerais	506	211
. Depreciações e amortizações	114	123
<u>Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>	<u>2.769</u>	<u>2.430</u>
<u>Despesas comerciais</u>		
. Pessoal	636	464
. Provisão para contingências trabalhistas	12	48
. Reversão para contingências trabalhistas	(112)	-
. Publicidade e propaganda	6	18
. Serviços de assessoria e consultoria	234	236
. Serviços de terceiros	49	84
. Despesas gerais	3	1
. Depreciações e amortizações	5	5
. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	164	30
. Reversão das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(10)
. Despesas tributárias	30	37
<u>Total das despesas comerciais</u>	<u>1.027</u>	<u>913</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
. Ganho Parcelamento Impostos	4.861	142
<u>Total das outras receitas operacionais</u>	<u>4.861</u>	<u>142</u>

O grupo de despesas comerciais, administrativas e gerais sofreu o mesmo impacto da instabilidade econômica.

De forma geral, a Companhia mantém um rigoroso monitoramento de suas despesas e procura tomar ações imediatas para correção de distorções que se apresente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31.12.2017	31.12.2016
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	2.083	1.892
Juros pagos ou incorridos	367	802
Multa dedutível	535	412
Outros	130	71
	<u>3.115</u>	<u>3.177</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Variações monetárias ativas	37	9
Outros	413	339
	<u>450</u>	<u>348</u>
Resultado Financeiro	<u>2.665</u>	<u>2.829</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 estão identificados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Descrição	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	252	252
Contas a receber (1)	6.023	6.023
Impostos a recuperar	1.499	1.499
Fornecedores	(2.129)	(2.129)
Empréstimos e financiamentos (2)	(9.343)	(9.343)
Impostos a recolher	(6.194)	(6.194)

(1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 6.

(2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 10.

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e a recolher

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Derivativos

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada uma constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

ii. Risco de Liquidez

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento da Companhia está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas. Por considerar que tais riscos não tenham impacto significativo nas demonstrações Contábeis da Companhia, não houve a necessidade de demonstração de seus impactos no resultado e patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



21. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2017	31.12.2016
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	16.150	19.280
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui alguns processos nas áreas trabalhistas e previdenciárias, responsabilidade civil, sendo que a maioria destes processos originou-se do curso regular dos negócios da Companhia. Os processos apresentados neste item foram selecionados considerando, principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo no patrimônio da Companhia, na capacidade financeira ou nos negócios.

Para identificar o grau deste impacto, a Companhia possui três categorias de risco de perda: Perda provável (que requerem provisionamento de recursos); Perda possível (que não requerem provisionamento de recursos); Perda remota (que não requerem provisionamento de recursos), esta avaliação de risco é realizada por advogados externos.

Os valores provisionados são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro 2016, estão identificados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2017	31.12.2016
Ações Trabalhistas	64	518
Causas Cíveis	123	123
	187	641
Total de provisão para contingências	(64)	(518)
	123	123

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda de ações judiciais e administrativas, repassado conjuntamente com os advogados externos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionados valores relativos aos processos cujo prognóstico apurado com os advogados externos é provável.

23. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA – INFORMAÇÃO ADICIONAL

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.170	(117)
(+) Depreciação/amortização	2.003	1.704
(+) Resultado financeiro líquido	2.665	2.829
LAJIDA (EBITDA)*	7.838	4.416

* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

* EBITDA - Earning before interest, taxes, depreciation and amortization

Uma das principais preocupações da Companhia é preservar e melhorar seu resultado operacional, neste aspecto a geração de Ebitda positivo é algo de muita relevância na análise de desempenho.

A Administração da Companhia reforça sua percepção que o projeto Dtcom tem base sólida, com uma carteira privilegiada de clientes, com projetos sólidos e aderentes ao mercado, com equipe altamente competente e engajada e sem dúvida alguma a Companhia conseguirá implementar seu plano de crescimento, tornando-se ainda mais um case de sucesso.

Este indicador demonstra que a Companhia tem tido sucesso nos seus esforços de direcionamento de recursos para áreas de maior relevância na geração de novas oportunidades, na gestão eficiente da cadeia produtiva e no foco em resultados.

24. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração deve ser fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2017 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 1.200 mil para o exercício de 2017.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Pró-labore: remuneração nominal, parte fixa da remuneração, tem o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados e diferenciados no mercado. Constantemente a Companhia realiza pesquisa para averiguar a compatibilidade dos seus padrões de remuneração com as práticas de mercado;

Gratificação: é diretamente relacionado ao resultado anual obtido pela Companhia e aos resultados individuais obtidos nas metas específicas definidas para cada diretor estatutário, dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia, como objetivo recompensar o resultado do ano quando as metas estipuladas para o período são alcançadas, esta política tem o objetivo de alinhar os interesses dos executivos e da Companhia; e

Benefícios: Os Diretores também fazem jus aos benefícios oferecidos pela Companhia a todos os seus demais integrantes, como assistência médica, odontológica e alimentação. Tais benefícios complementam o pacote de remuneração dos mesmos, compondo a remuneração total recebida.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2017 E 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

* * *